



Crônica da Cidade

PATRICK SELVATTI | patrickselvatti@gmail.com

Quanto vale uma vida?

Ser jornalista é viver entre dois mundos: o que acontece e o que se anuncia. É aprender a escrever com a urgência de quem corre contra o tempo e, ainda assim, tentar não perder a alma no meio do barulho. É lidar com o efêmero e o eterno, com a ficção e o fato, com a lágrima da novela e o sangue da rua. Todos os dias, somos forçados a escolher o que cabe na manchete — e o que o coração precisa suportar calado.

Na sexta-feira à noite, eu achava que o desafio era apenas encontrar o título

perfeito para a matéria sobre o capítulo final da novela que parou o país. A redação fervia: televisores ligados, gente apostando quem havia matado Odete Roitman, e o fechamento das notícias do dia correndo seu fluxo natural. Eu preparava a capa do *Aqui-DF* do dia seguinte, tentando condensar o mistério de meses em poucas palavras. Do lado de fora, os brasilienses pareciam respirar junto com as telas, cada uma abrigando um telespectador em suspense.

Mas a vida real interrompeu a ficção: um adolescente de 16 anos foi morto embaixo do bloco onde morava, na entrecadrua da 112/113 Sul, área nobre da cidade. Tentaram levar o celular, ele reagiu.

Enquanto a nação se chocava com a não-morte fictícia da vilã mais temida da televisão, um corpo real estava sem

vida sobre o cimento. O som da televisão ainda ecoava na redação quando a tela do computador piscou com as primeiras imagens do crime: a fita de isolamento no Parque Maria Cláudia Del’Isolla — que foi batizado em memória a outra jovem vítima da crueldade humana —, o estarrecimento dos moradores e transeuntes da região aparentemente tranquila, os menores infratores sendo apreendidos logo em seguida.

Duas mortes na mesma noite. Uma com trilha sonora, outra com silêncio. Na ficção, a vilã ressuscita em grande estilo, com a voz marcante de Gal Costa ao fundo, sua memória eternizada em chamadas de capa, posts e memes nas redes sociais. Na vida, o menino de 16 anos — o nome dele era Isaac Augusto — não teria segunda chance, nem close

final “nem vale a pena ver de novo”. E sua tragédia se tornou a manchete do **Correio** do dia seguinte.

A ironia me atravessou feito uma bala: o país reagiu à morte fictícia de uma mulher que simbolizava a corrupção, a falta de escrúpulos e o sangue frio para tirar a vida de alguém, enquanto, a poucos quarteirões do centro do poder, uma tragédia verdadeira confirmava que os mesmos males seguem vivos, transmutados nas esquinas, nas praças, nas mãos ávidas de quem quer apenas tomar o que o outro tem. Dois retratos de um mesmo Brasil — violento, impune, viciado em espetáculo.

Participei do fechamento das duas manchetes na madrugada, uma sobre o assassinato que parou a ficção e outra sobre o crime que a realidade não

conseguiu evitar, com o horror silencioso de uma cidade partida, onde um menino foi morto por um aparelho que cabe na palma da mão. E veio à tona o peso e a solidão desse ofício.

Eram altas horas quando saí da redação pensando que talvez nada mudou da primeira pergunta da noite — quem matou Odete Roitman? — à segunda — por que mataram Isaac? — e à terceira, que viria na sequência do episódio seguinte.

Ontem, estreou uma nova novela — que tem um jornalista do Distrito Federal como um dos autores — e um novo homicídio na capital do país também ganhou manchetes. É a obra de ficção levantou uma nova questão que segue valendo para a realidade: quanto vale uma vida? A resposta é que, no Brasil do vale tudo, a vida vale muito pouco...



TRAGÉDIA NA ASA SUL

» Entrevista | SANDRO AVELAR | SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF

Ao *CB.Poder*, o chefe da pasta lamentou a morte do estudante Isaac Vilhena, de 16 anos, na Asa Sul. Ele defendeu o endurecimento das leis para menores que cometem crimes graves e abordou políticas públicas de prevenção

“É preciso refletir sobre a impunidade”

» CARLOS SILVA

A segurança pública da capital voltou a ser centro de debate no *CB.Poder* — parceria entre *Correio* e *TV Brasília* —, após a morte do estudante Isaac Vilhena, de 16 anos, na Asa Sul, uma das regiões mais seguras do Distrito Federal. O caso, ocorrido na última

sexta-feira, levantou questionamentos sobre a reincidência de jovens infratores e os limites do sistema socioeducativo. Em entrevista às jornalistas

Adriana Bernardes e Samantha Salum, o secretário de Segurança Pública do DF, Sandro Avelar, analisou o episódio, defendeu o endurecimento das

leis para menores que cometem crimes graves. Ele ressaltou a importância de políticas de prevenção e inclusão social voltadas à juventude das periferias.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Brasília está em comoção por conta da tragédia que aconteceu na última sexta-feira, quando Isaac Vilhena, de 16 anos, foi morto. Do ponto de vista da Secretaria de Segurança Pública, qual a sua análise sobre o caso?

Antes de tudo, quero me solidarizar com a família do Isaac — os pais, o irmão, os amigos. É algo muito triste que choca a todos. Isaac estava praticando esporte quando foi abordado por três menores. Um deles, o que deu a facada, havia sido apreendido 20 dias antes por tráfico de drogas. A polícia havia feito um trabalho preventivo, ao apreendê-lo antes, e novamente atuou de forma eficiente ao apreendê-lo depois do crime. Mas a questão é: quantas vezes a polícia precisa prender até que o trabalho seja, de fato, reconhecido como eficaz? Muitas vezes, o mesmo indivíduo é preso várias vezes e continua em liberdade, até cometer um crime mais grave, como um latrocínio. Casos como esse precisam gerar reflexão. Particularmente, acho um absurdo. Seguimos uma legislação de 1940 — nem mesmo os adultos daquela época tinham o grau de informação que hoje têm os nossos menores. Dizer que um rapaz de 15, 16 ou 17 anos não tem noção do que está fazendo é horrível.

Na sua avaliação, o caminho prioritário seria endurecer as penas para adolescentes que cometem crimes ou investir em melhorias no sistema socioeducativo e em políticas de prevenção?

Acredito que precisamos de tudo isso — um pacote completo. Penas mais duras, especialmente para crimes graves, são indispensáveis. Não é possível aceitar que um menor de 15, 16 ou 17 anos cometa um crime e saia impune, sabendo que será protegido pela lei. O delegado responsável pelo caso, Rodrigo Larizatti, relatou que dos sete apreendidos, apenas um demonstrou alguma sensibilidade com relação ao crime bárbaro. Esses jovens sabem o que estão fazendo e conhecem a lei que os protege. É uma ironia: a norma parte da ideia de que eles não compreendem o crime, mas eles entendem muito bem o sistema e se aproveitam dele.



Um deles, o que deu a facada, havia sido apreendido 20 dias antes por tráfico de drogas. A polícia havia feito um trabalho preventivo, ao apreendê-lo antes, e novamente atuou de forma eficiente ao apreendê-lo depois do crime. Mas a questão é: quantas vezes a polícia precisa prender até que o trabalho seja, de fato, reconhecido como eficaz?"

Secretário, que políticas públicas o senhor defende para ampliar a inclusão de jovens, especialmente os de periferia, como os autores do crime recente, que são da região do Paranoá?

São diferentes caminhos. Um deles é a criação de vagas nas escolas, para que todos os nossos jovens possam estudar. Conversei outro dia com a secretária de Educação, Helvia (Paranaguá), e ela confirmou que hoje nós temos

vagas para todos os jovens. Às vezes, a vaga não é exatamente na escola mais próxima de casa, mas há vagas disponíveis. Isso é importantíssimo. Agora, também é fundamental garantir a obrigatoriedade de que esses jovens frequentem a escola.

E quanto a programas sociais?

A Secretaria de Segurança Pública teve bons programas que estavam reeditando. Um deles era o Esporte à Meia-Noite, que oferecia atividades esportivas nas



Não é possível aceitar que um menor de 15, 16 ou 17 anos cometa um crime e saia impune, sabendo que será protegido pela lei. O delegado responsável pelo caso, Rodrigo Larizatti, relatou que dos sete apreendidos, apenas um demonstrou alguma sensibilidade com relação ao crime bárbaro"



Confira o **CB.Poder** na íntegra

existe solução milagrosa; é preciso planejamento, e os resultados aparecem no médio e longo prazo.

Em relação à criminalidade e à violência no Distrito Federal, como está o panorama atual?

Os jovens mais expostos à violência são justamente os que têm menos condições financeiras e vivem em regiões mais vulneráveis. As estatísticas mostram isso: os crimes violentos, como homicídios, lesões corporais e estupro, atingem principalmente

esses jovens. O jovem de periferia é, ao mesmo tempo, o mais preocupado com esse tipo de violência e a principal vítima dela. Mas, de forma geral, os números do Distrito Federal são bons.

O senhor pode fazer um panorama rápido dos índices e também comentar sobre a reposição de efetivos das polícias Civil e Militar?

O DF é a segunda capital mais segura do Brasil, atrás apenas de Florianópolis, mas estamos caminhando para ser a mais segura. Em 2024, tivemos números históricos: o menor número de homicídios desde o início da série histórica, medida desde 1977, e o menor número de latrocínios. Para se ter uma ideia, em 2001 foram 84 latrocínios; no ano passado, apenas oito. Claro que, enquanto houver um caso, não há motivo para comemorar. Para manter essa tendência, estamos reforçando as forças de segurança. O governador Ibaneis Rocha realizou vários concursos — milhares de novos policiais militares, bombeiros e policiais civis ingressaram. E, até o final deste ano, serão nomeados mais 1.200 policiais militares e 600 policiais civis.

Apesar dos números, a sensação de insegurança entre os moradores é grande. Também há aumento de crimes envolvendo a população em situação de rua. Qual é o cenário hoje?

A sensação de insegurança é algo que merece um estudo à parte, e estamos realizando isso. Mesmo em países como o Reino Unido, que têm excelentes índices de segurança, as pessoas relatam sensação de medo. No nosso caso, os números reais mostram que o DF é a segunda capital mais segura do país — e isso em uma área com mais de 3 milhões de habitantes, com a maior densidade demográfica do Brasil. Sobre a população em situação de rua, os homicídios com vítimas desse grupo aumentaram muito: passaram de 3% ou 4% para 13% no último ano. E a maioria dos autores desses crimes também pertence à população em situação de rua. Quando o Judiciário, por exemplo, impede abordagens policiais alegando discriminação, na prática, isso pode acabar expondo essas pessoas a criminosos que se fazem passar por moradores de rua.